

ATA DA 199ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO, 10/09/2015

PRESIDENTE

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

COORDENADORA DA COMISSÃO EXECUTIVA

JARQUELENE OLIVEIRA DO NASCIMENTO

SECRETARIO GERAL DO CMS-SP

JULIO CESAR CARUZZO

Início: 14h30

Término: 19h

LISTA DE PRESENÇA

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

MARIA ADENILDA MASTELARO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

NILTON SOUSA DOS REIS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

MARCIONÍLIA NUNES DE LIMA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

MARIA DE LOURDES M. SANTOS SILVA (TITULAR) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

JOSÉ LEONILSON DE QUEIROZ ALMEIDA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

MARIA JOSÉ DE SOUSA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

MAURÍCIO SILVA LIMA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

ARNALDO MARCOLINO DA SILVA FILHO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

JARQUELENE OLIVEIRA DO NASCIMENTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

ALEX APARECIDO LEITE DE ALBUQUERQUE (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

IDECLÉIA GENEROSO DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

ARLETE PESCAROLO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
PAULO MARTINS MOREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
SHEILA VENTURA PEREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
VITA AGUIAR DE OLIVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
REGINA CELIA PEDROSA VIEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
NADIR FRANCISCO DO AMARAL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
GERSONITA PEREIRA DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
FRANCISCO PEREIRA LIMA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

ÉDER GATTI FERNANDES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
DEODATO RODRIGUES ALVES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
ANA ROSA GARCIA DA COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
MARIA LÚCIA VIEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
JASON GOMES RODRIGUES SANTOS (TITULAR) REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
GRAÇA MARIA DE CARVALHO CÂMARA (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
MARIA DE LOURDES PIUNTI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
IRAMIR BASTOS GOMES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representantes das Instituições Governamentais:

ERIK OSWALDO VON EYE (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
RENATO NOGUEIRA DOS SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS
MARIA JOSÉ R. RIBEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS

Representantes do Poder Público:

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA – PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RICARDO FERNANDES DE MENEZES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
GIANE SANT'ANA ALVES OLIVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
CÁSSIO ROGÉRIO DIAS LEMOS FIGUEIREDO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
DENIZE CALVO COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
CLÉLIO APARECIDO LEME (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência:

LOURDES MARIA DE QUEIROZ (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
EULÁLIA ALVES CORDEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
JOSÉ AUGUSTO QUEIROZ (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS SINDICATOS PATRONAIS
ROSILANIA CORREIA LIMA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
WALNEY ARAÚJO DA SILVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
PATRÍCIA RODRIGUES MOLINA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
CÁSSIA LIBERATO MUNIZ RIBEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
JOSÉ OLÍMPIO MOURA ALBUQUERQUE (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

III – Ausentes:

ANA MARIA FERREIRA QUAIATO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
PAULO DE TARSO W. FRANGETTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO
MANOEL COSTA FILHO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
CRISTINA HATSUE YOSHIKAWA LEITE ARAÚJO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARTA ANTONIA SOARES (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
AUGUSTA DE MELO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
PAULO HENRIQUE FRACCARO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS SINDICATOS PATRONAIS
ANUSKA PINTUCCI SALES DA CRUZ SCHNEIDER (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

MARÍLIA DAPENA FERNANDEZ (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
MARIA APARECIDA FRANCELINA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
DURVAL RODRIGUES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
CASSIA XAVIER (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
PEDRO FELIX VIDAL JUNIOR (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

IV – Visitantes:

Conforme Lista

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS-SP

DIGITAÇÃO: EMMANUEL DUDA CÂNCIO DOS SANTOS E AMANDA SAMPAIO MACHADO DA SILVA

REVISÃO GERAL: JULIO CESAR CARUZZO - SECRETÁRIO GERAL DO CMS/SP

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Inicia a reunião. Cumprimenta a todos e informa da presença dos alunos de psicologia da USP.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Solicita aos convidados da faculdade que estão presentes que realizem feedback posteriormente sobre o que acharam da reunião do conselho.

O Secretário Geral do Conselho: Realiza a leitura da pauta.

- A- Aprovação das Atas da 198ª Reunião Plenária Ordinária e 5ª e 6ª Reunião Plenária Extraordinária;**
- B- Informes da Mesa;**
- C- Informes dos Conselheiros;**
- D- Informes das Comissões**
- E- Ordem do Dia:**

1 - Proposta de resolução sobre a Lei nº 13.097/15 – Capítulo XVIII – Da Abertura ao Capital Estrangeiro na Oferta de Serviços de Saúde;

2- Resolução de aprovação do SISPACTO 2015;

3- Resolução sobre o RAG 2013.

F – Deliberações

1 – Aprovar o Projeto de Elaboração da Política de Saúde do Imigrante;

2 – Aprovar a Realização de cinco Seminários para o ano de 2015:

- Seminário de Saúde Mental**
- Seminário de Saúde do Idoso**
- Seminário de Patologias e Doenças Raras**
- Seminário de Saúde da População Negra**

- Seminário de Educação Permanente

3 – Resolução – Aprovação do Relatório Final da 18ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo;

4 – Aprovar a realização de Ato Solene de divulgação do Relatório Final da 18ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Coloca em regime de votação a aprovação da pauta.

Aprovada por aclamação.

A - Aprovação das Atas da 198ª Reunião Plenária Ordinária e 5ª e 6ª Reunião Plenária Extraordinária

O Secretário Geral do Conselho: Informa que foram enviadas as ATAs das reuniões anteriores, e que as mesmas passarão apenas por pequenas correções apenas. Consulta o plenário sobre a aprovação das mesmas. Coloca em regime de votação a aprovação das Atas.

Aprovado por aclamação.

B - Informes da Mesa

O Secretário Geral do Conselho: Lê os informes.

A - O Conselho Municipal de Saúde de São Paulo informa que recebeu os seguintes documentos:

1 – Ofício da Chefia de Gabinete da SMS informando a substituição da Sra. Magaly Ezequiel pelo Sr. Clélio Aparecido Leme, no segmento gestor do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo;

B- O Conselho Municipal de Saúde de São Paulo informa que, encontram-se nas pastas dos Conselheiros os seguintes documentos:

1- Convocatória e pauta da 199ª Reunião Plenária Ordinária do CMSSP;

2 – Cópia de Minuta de Resolução sobre o SISPACTO 2015;

3 – Cópia de Minuta de Resolução sobre o RAG 2013;

4 – Cópia do Relatório Final da 18ª Conferência Municipal de Saúde;

5 – Jornal do SIMESP.

C - Informes dos Conselheiros

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Convida a todos para o 9º SIMESP Debate, com o tema: Assédio Moral no Local de Trabalho. Outro assunto é sobre recursos humanos, que sofre com a falta de profissionais que leva a uma sobrecarga de trabalho, além dos salários que não são muito atrativos. A gestão lança de ferramentas para tentar suprir isso, inclusive da contratação de PJ. Isso, além de ser ilegal, por se tratar de terceirização de atividade fim, tem se tornado um processo comum. Exemplifica com os plantões pediátricos do Hospital Tide Setúbal. A UTI do Hospital Ermelino Matarazzo também passa por isso. É necessário tomar alguma providência em relação a isso. O Hospital Vila Maria sofreu redução na escala, por conta da redução de verba para contratação.

A prefeitura é responsável por isso. Deseja trazer esta discussão para a comissão de recursos humanos e para a comissão de políticas de saúde, para que isso seja trazido para o próximo pleno.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Informa que a UPA Santa Catarina, também se encontra na mesma situação citada pelo conselheiro Éder. Informa que foi realizado o Congresso Estadual da CUT São Paulo, onde foi implantada definitivamente a paridade entre os gêneros na direção da CUT Estadual. Ocorrerá o CONCURTO, onde será implantada no nível Nacional a paridade. Convida a todos para a Conferência de Mulheres, que ocorrerá dia 18,19 e 20, no Anhembi. Para concorrer a delegado à Conferência Estadual, é necessário ter participado em alguma pré-conferência. Informa que a Anuska Pintucci agora é coordenadora da região da baixada santista.

O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Lembra que no último pleno cobrou do secretário sobre as dificuldades que o movimento enfrentava em acompanhar as obras do Hospital de Parelheiros. A visita ocorreu, mas não foi exatamente como queriam. O aviso foi feito em cima da hora, então a comissão responsável teve problemas para ir. Registra o protesto, pois também não conseguiu ir, por conta da falta de antecedência do aviso.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Informa que em São Miguel haviam algumas dificuldades em relação ao controle social, e que foi realizado um fórum para melhorar esta situação, inclusive com a presença do Dr. Néder. Lembra da necessidade da UPA Pires do Rio, que é um desejo da população da região.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Por conta dos processos de chamamentos das regiões, as OS estão remanejando os profissionais, e divulgando vagas para a contratação. Acha importante que haja uma discussão em relação ao novo modelo de contrato de gestão, em conjunto com o controle social da região.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Lembra os conselheiros sobre o convite do TCM para o curso de formação de conselheiros. Acha que é um momento importante. Sobre a fala do conselheiro Éder, informa que receberam um inquérito civil do Ministério Público, citando a assistência farmacêutica dos Hospitais Cidade Tiradentes, M Boi Mirim, Tide Setúbal e o Vermelho (V. Maria). É necessária uma avaliação e visita nos locais para verificação da situação. Ressalta a falta do secretário na reunião e a necessidade de um representante.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Lembra que não existe substituição do Presidente do Conselho, apenas a indicação de alguém para acompanhar as discussões. Cita que essa ausência já demonstra o interesse da gestão em acompanhar o trabalho do conselho.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Lembra que quando o presidente do conselho não está, a coordenação da executiva assume. Na última reunião que houve com os coordenadores da AGP, o Clélio perguntou qual seria o melhor momento para o secretário chegar após o início, e foi informado que seria no item Ordem do Dia.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Lembra que dia 09/10 no salão nobre da Câmara, ocorrerá o seminário sobre Saúde Mental. Solicita a todos que participem para um bom trabalho no seminário. Lembra da falta de profissionais em todas as áreas de atendimento, e a necessidade de estabelecer e cumprir metas.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Sugere que seja realizada uma comissão do CMS para acompanhar a construção do Hospital de Parelheiros. Muitas vezes o CMS colocou na mesa a insatisfação em relação a OS Pró-Saúde. A mesma foi questionada por diversas questões. Parabeniza o conselho pela organização para que impedisse que a Pró-Saúde assumisse a região, apesar de ter sido aprovada. O secretário informou que primeiramente será feita

uma carta de interesse, e depois de 30 dias será feita uma carta convite. Dizem que foi por questões burocráticas, mas a verdade é que quando a população se posiciona e luta, as coisas acontecem.

A Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: Em relação a falta de médicos, os problemas continuam os mesmos. No Centro de Referência, por exemplo, está funcionando com apenas um médico há muito tempo. Pede para que a gestão trate esta questão com carinho. Foram enviados documentos, porém a situação ainda é a mesma. Outra questão é o uso do tabaco pelos adolescentes. Por conta da pressão do ministério, baseada nos malefícios do cigarro, a indústria tem colocado sabores nos produtos. Essa discussão deve ser feita em vários âmbitos. Questiona se os informes servem para ser pauta de reunião.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Sim, mas não para a mesma reunião.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Informa que existem cem novas vagas de homeopatia para toda a rede na Vila Mariana, e isso deve ser discutido. Quem faz a triagem para lá?

A Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: A Associação Paulista de Homeopatia faz triagens para a região.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Informa que passou por atendimento no Hospital Santo Antonio, onde houve uma situação em que o médico discutiu com ela, teimando que a ficha que estava sendo chamada era a dela, apesar de informar que não era. Essa forma de trabalho prejudica o atendimento a população. Os profissionais estão sobrecarregados e muitos pedem demissão por conta da carga.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Informa que a autarquia quando foi criada, também foi criado o CONDEFI - Conselho Deliberativo e Fiscalizador, e que do final de 2013 até o momento, o CONDEFI passou por uma série de problemas que dificultaram seu funcionamento. Está sendo feita uma priorização no momento, para que o órgão volte a funcionar corretamente. Novos conselheiros foram incluídos e as reuniões agora têm contado com maior presença e debates.

O Conselheiro Suplente representante dos Portadores de Patologias: O Conselho Nacional de Saúde tem proposto que o SUS necessita de novas fontes de recurso. Acha que elas devem ser discutidas, principalmente pela Comissão de Orçamento e Finanças. A primeira é ampliação da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido das instituições financeiras, de 9% para 18%; criação da contribuição sobre grandes transações financeiras e tributação das remessas de lucros das grandes multinacionais; taxaço das grandes fortunas; revisão do DPVAT e a elevação das taxas sobre os produtos do tabaco, produtos alcoólicos e empresas que fabricam motocicletas. Deve haver uma discussão também sobre a obesidade, pois o índice tem aumentado exponencialmente. Os planos de saúde também devem ser discutidos, pois os maiores planos estão aqui e também a maior quantidade de pessoas que utilizam.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania oferece aos conselheiros a formação de conselheiros de direitos humanos e participação social. Será ministrada por pessoas do Ministério Público, com inscrições até o dia 15. Aproveita para registrar a presença de estudantes de Psicologia da USP e demais participantes externos da reunião. Agradece a presença de todos.

D – Informes das Comissões

Saúde Mental: O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte informa que foi convidada uma profissional da SMS para a reunião da comissão, e a mesma informou não estar preparada para discutir as questões de Saúde Mental. Os usuários da unidade CAPS III São Mateus

reclamam do atendimento e da falta de equipe técnica. A área técnica, na pessoa da Mires, quando é questionada, dá respostas contraditórias e evasivas. Lembra do seminário que ocorrerá no dia 09, na Câmara Municipal.

DST/Aids: A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias solicita a substituição do ex-conselheiro Da Guia, na comissão. Ressalta a necessidade da presença dos conselheiros na comissão, pois existem documentos para debate que não estão caminhando por falta de quórum.

Saúde da Mulher: A Conselheira Titular representante da Pessoa com Deficiência informa que esse mês não houve reunião da comissão. Diz ainda que agora é a Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Tomou posse dia 01 de setembro, e pretende fazer um trabalho integrado no intuito de melhorar os trabalhos. O conselho em conjunto a órgãos da gestão pretende alinhar trabalhos para melhorar a acessibilidade e o atendimento às mulheres e portadores de deficiência, e também às cuidadoras, que dão muita atenção aos pacientes e acabam esquecendo-se de sua própria saúde.

Patologias e Doenças Raras: O Conselheiro Suplente representante dos Portadores de Patologias informa que na última reunião iniciou-se o debate para definir as questões do seminário da comissão. É importante que os profissionais da rede saibam como tratar os pacientes que possuem estas patologias. Sobre o GT de Hepatites, foi solicitado que os coordenadores regionais trouxessem as suas necessidades, para que possam montar um documento que seja avaliado pelo CMS.

Recursos Humanos: O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde diz que a comissão recebeu a TLP e que estão discutindo a questão da falta de profissionais.

Saúde do Idoso: A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste informa que a comissão realizou discussão sobre o seminário da comissão, e ficou definido que as comissões de saúde do trabalhador e de patologias e doenças raras irão incorporar eixos dentro do seminário.

Inter-Intraconselhos: A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias diz que não houve quórum na reunião da STS Vila Mariana, sobre o CECI, conforme havia sido deliberado. Foi iniciado então um novo processo de eleição no AE CECI. O grande problema é a falta de comunicação entre os membros do conselho, o desrespeito que houve entre gestores e trabalhadores. Estão orientando para que tudo ocorra da forma correta.

O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Existe uma má vontade para que o processo aconteça. O gestor tem doze cadeiras, e ninguém apareceu para dar quórum. Quem tumultuou o processo na primeira vez continua tumultuando. É necessário que o gestor altere as peças que compõem o processo.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Informa que compareceu à reunião. Não havia sido informada que a reunião havia sido alterada de local. O supervisor disse que era na APH e disponibilizou carro para ir. Quando chegou lá não era lá. Existe um boicote ao CMS. Foi ofendida e agredida verbalmente pela gestora de lá, que receberá um prêmio do Tuminha, por ser uma ótima gestora. O conselho da supervisão tem problemas mais graves, como membro que se identifica como psiquiatra, que não é, e utilizando cadeira de usuários, assim como médico aposentado na mesma situação. Isso é irregular.

A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: É uma situação muito complicada! Solicita atenção do CMS em relação ao assunto.

A Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: O que foi solicitado via e-mail para a interlocutora, não aconteceu. Foi acertado que na próxima reunião a pauta será o processo eleitoral do CECI. O chamamento será somente após a reunião do conselho gestor. Em relação à composição do conselho, existem muitos profissionais aposentados que se tornam representantes de usuários. Isso é uma discussão global, não apenas do AE CECI.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: É necessário ver uma saída, pois o MP já cobrou uma solução para o CMS. Acha que a comissão inter-intraconselhos, em conjunto com a executiva, deve pensar em propostas para resolução deste problema. Mesmo que seja uma intervenção direta do CMS na eleição da unidade.

A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Já está sendo encaminhado. As informações neste momento são apenas como informe.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Deve haver uma conversa entre os trabalhadores para que não ocorram conflitos.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Informa que o Dr. Alexandre Padilha acaba de chegar para participar da reunião.

O Secretário Municipal da Saúde de São Paulo e Presidente do CMSSP, Dr. Alexandre Rocha Santos Padilha: Informa que não poderá ficar por toda a reunião, pois está realizando visitas às regiões, inclusive às supervisões e coordenações. Estão programadas reuniões com as OS, e com a população para realizar uma avaliação da situação atual. Ressalta que estas reuniões que estão sendo realizadas são com os profissionais. As visitas às unidades são finalizadas com reuniões com os conselhos.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Solicita que as agendas sejam disponibilizadas com antecedência.

O Secretário Municipal da Saúde de São Paulo e Presidente do CMSSP, Dr. Alexandre Rocha Santos Padilha: Informa que fecha as agendas com pouca antecedência, para que as unidades não sejam “maquiadas”. Ressalta que verificou unidades que estavam funcionando muito bem. Informa ainda que a Assessoria de Gestão Participativa, a coordenação da executiva e o Clélio serão os responsáveis por passar as agendas para o CMS.

População Negra: A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias continua com os informes da Saúde da População Negra, e cita a realização da 1ª Jornada da Saúde da População Negra, que será realizada no dia 23, no espaço da Câmara Municipal. Existe uma proposta da Atenção Básica, que é realizar em conjunto com a comissão, porém no dia 26, lembrando que também haverá o seminário da comissão.

Políticas de Saúde: O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Cita que a comissão recebeu a documentação referente aos gastos com as tendas da Dengue. Pretendem realizar uma proposta para a secretaria para entender os gastos realizados em relação à proposta inicial. Dia 22 de setembro haverá reunião para elucidar estas questões sobre as tendas. As reformas das UBS também possuem questionamentos, porém necessitamos da presença de representantes da SIURB. A comissão discutiu a questão dos chamamentos, e as peculiaridades que estão correndo em cada região. Em relação ao seminário, no início do ano foi feita uma conversa com a regulação do município, e entenderam que o assunto deveria ser estendido ao Estado também. Não existe uma conexão entre os dois, ao que parece.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Não foi deliberado um seminário, pois há necessidade de uma interlocução com o Estado. Diante das deliberações do CMS, a comissão entendeu por bem chamar uma mesa diretora, em conjunto ao Pleno, com o Estado, para averiguar esta situação. É necessário que sejam realizadas atas com os encaminhamentos nas comissões. As comissões devem realizar pequenos relatórios para evitar confusão nos encaminhamentos. Em relação às reformas, decidiram solicitar a presença das áreas técnicas envolvidas, SIURB, chefia de gabinete, para resolver a questão, pois há muitas reclamações em relação aos serviços realizados.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Lembra que no início do processo da conferência municipal, foi proposto um congresso de comissões, em conjunto com o Estado, para a questão da regulação. Crê que como o Pleno deliberou, o que resta agora é organizar e realizar.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Lembra que existe mais presença nos congressos de comissões do que nos seminários. Ressalta que existe a promessa do David Uip, em reunião do conselho estadual, de enviar representantes para a discussão.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Fica preocupado, pois as reuniões definem uma coisa, e quando chegam aqui a conversa é diferente. Foi feito um debate na reunião da comissão, e agora a proposta é outra.

Orçamento e Finanças: A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais informa que haverá a prestação de contas do 2º quadrimestre de 2015, no dia 23/09, às 10 horas, uma vez que será apresentada no dia 30, na Câmara Municipal. Já aceitaram a data. Convida a todos os conselheiros para participar. Foi marcada para o dia 07/10, junto com a comissão DST/Aids, para analisar o RAG 2014. Chegaram várias auditorias sobre contratos de gestão de 2008, 2009. Gostaria que a gestão se atentasse, pois as auditorias apontam que os contratos devem ser discutidos e aprovados pelo conselho, solicitando inclusive a data e a ata que conste a aprovação. Os contratos de gestão estão premiando a SPDM, e estão com problemas graves. Houve um compromisso com o DENASUS sobre o RAG 2013, e a resolução é pauta da reunião de hoje.

Saúde do Trabalhador: O Conselheiro Titular representante do Poder Público diz que o maior problema hoje é a questão da Saúde Mental dos trabalhadores em todos os âmbitos. Participaram da reunião da comissão de saúde mental, justamente para identificarem melhorias.

Comissão de Legislação: Será marcado um pleno extraordinário para aprovar as sugestões que a comissão fará. Conforme a orientação do Dr. Jorge Kayano, antes do pleno, farão uma reunião com ele para identificar corretamente os pontos a serem abordados, e a forma para abordagem.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Ficou definido com o Jorge para o dia 22/10, o Pleno Extraordinário. Haverá uma oficina no dia 02/10 para acertar as questões desta reunião.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Solicita que os pontos sejam encaminhados com bastante antecedência.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Na penúltima reunião da comissão executiva, o secretário, através de seu representante Clélio, sugeriu a formação de seis plenárias regionais em conjunto com o Conselho. O Conselho será responsável pela pauta destas reuniões. Está marcado para o dia 23/09, reunião para definição destas pautas. Outra proposta é em relação aos seminários, onde as comissões deverão trazer os programas dos seminários.

E – Ordem do Dia

1 - Proposta de resolução sobre a Lei nº 13.097/15 – Capítulo XVIII – Da Abertura ao Capital Estrangeiro na Oferta de Serviços de Saúde

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Lembra que em janeiro foi aprovada e sancionada a lei 13.097/15 sobre a abertura para o capital estrangeiro na saúde. Diversos conselhos já se manifestaram contrários a esta Lei. Esta proposta de resolução vem para isto também. Realiza a leitura da minuta da resolução, que poderá ter acréscimos, conforme contribuições dos conselheiros.

A ex-conselheira, Maria Araci dos Santos: Salaria que deve ser incluído no documento qual a origem da Lei.

A Conselheira Titular representante dos Conselhos de Atividade Função Fim: Pergunta se o documento não deveria ser uma moção.

O Plenário explica que a resolução é melhor para este tema.

O Secretário Geral do Conselho: Coloca em regime de votação nominal a aprovação da minuta de resolução.

Aprovam – 19 votos

Contrários – 0

Abstenções – 02

Aprovada a minuta de resolução que passa a ser a resolução nº 07/2015, com o seguinte texto.

**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE SÃO PAULO – CMS/SP
RESOLUÇÃO nº 07/2015 – CMS-SP, de 10 de setembro de 2015**

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo - CMSSP, em sua 199ª Reunião Ordinária do Pleno, realizada em 10/09/2015, no uso de suas competências regimentais previstas no art. 2º do Regimento Interno do CMSSP, e atribuições conferidas pela Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, art. 1º, § 2º c.c com a Lei nº 12.546 de 07 de janeiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 53.990, de 13 de junho de 2013:

No devido cumprimento à Constituição Federal/1988, no Título VIII, capítulo II, Seção II, da Saúde, em conformidade com a Lei 8080/1990 e Decreto Presidencial nº 7508 de 28 de Junho de 2011;

CONSIDERANDO: que a “Saúde é direito de todos e dever do Estado”, portanto, deve ser gerida e executada pelo Estado;

CONSIDERANDO: que a entrada do capital estrangeiro para explorar hospitais e demais serviços de saúde afronta a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Saúde (LOS);

CONSIDERANDO: que a entrada do capital estrangeiro afronta a luta dos movimentos sociais em defesa da Reforma Sanitária materializada na Carta Constituinte em vigor. Afronta o Controle Social;

CONSIDERANDO: que a Lei afronta radicalmente o preceito de universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços. Afronta os direitos sociais.

RESOLVE:

Posicionar-se contra a Lei nº 13.097/15 que trata da entrada do capital estrangeiro na saúde porque se trata de avançar ainda mais o processo, já acelerado, de privatização do SUS, que, atualmente, já tem concentrado gastos nas parcerias público-privadas (PPP);

Posicionar-se contra porque não se trata de investimentos na rede pública, mas de formas substitutivas do setor público;

Posicionar-se contra porque se trata de mais uma forma de apropriação do fundo público;

Posicionar-se contra porque se trata de mais uma articulação das estratégias que atendem ao setor econômico movido pelo grande capital;

Posicionar-se contra porque a saúde é tratada como uma mercadoria “rentável” aos investimentos privados;

Posicionar-se contra porque o acesso da saúde via mercado gera desigualdades e transfere responsabilidades do Estado à iniciativa privada;

Posicionar-se contra porque a transformação dos fundos públicos e a produção dos serviços em áreas rentáveis criam um processo seletivo de acesso aos benefícios sociais;

Posicionar-se contra porque a mercantilização da saúde suprime a noção de direitos sociais;

Enfim, defender o SUS 100% público e de acesso universal!

2- Resolução de aprovação do SISPACTO 2015

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Passa para a resolução de aprovação do SISPACTO 2015.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Realiza a leitura da minuta de resolução.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Foi realizada reunião entre Orçamento e Finanças em conjunto com a Políticas de Saúde e a área técnica do CEInfo, para discussão deste documento.

A Coordenadora do CEInfo, Margarida Maria Tenório de Lira: Informa que o SISPACTO é um Sistema Nacional, e que os indicadores são fixos. Os indicadores que foram sugeridos podem ser inseridos para o fechamento dos relatórios da gestão, mas não no Sistema Nacional.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Sugere pequena alteração de escrita, pois conota sentido diferente ao do objetivo.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Sugere pequena alteração de escrita. Deseja que a área técnica encaminhe ao Ministério da Saúde as metas indicadas para o município para as próximas inserções.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Parabeniza pelo trabalho realizado entre as comissões, e a importância deste trabalho.

A Conselheira Titular representante dos Conselhos de Atividade Função Fim: Sugere pequena alteração de escrita, pois conota sentido diferente ao do objetivo.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Informa que o texto objetiva a redução do tempo para atendimento, bem como a distribuição das unidades na cidade, não só apenas a cobertura por densidade populacional. Ressalta que as metas que foram atingidas nos relatórios passados apareceram menores neste ano. Para isso, incluíram uma solicitação onde que as metas sejam as mesmas, ou com valores maiores.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: A reunião de discussão deste documento foi extensa, cansativa e riquíssima. Todos os conselheiros foram convidados. Pensa que o Pleno deve hoje aprovar, não debater novamente a resolução.

A Conselheira Titular representante dos Conselhos de Atividade Função Fim: Informa que não questiona o objetivo, mas acha que algumas frases não estão claras em seu entendimento.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Questiona o recebimento do documento. Diz que não recebeu o documento correto e isto prejudica.

O Secretário Geral do Conselho: Ressalta que esta resolução não é desta reunião. O documento já havia sido passado na reunião plenária anterior, então não é passível de desconhecimento por parte dos conselheiros que ficaram até o final da reunião.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Não é possível realizar um novo debate neste momento. A reunião deve ser objetiva.

A Conselheira Titular representante dos Conselhos de Atividade Função Fim: Respeita a discussão, e só deseja deixar o documento mais claro em seu entendimento.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Vê que as alterações solicitadas pela conselheira Graça, sejam mais voltadas para o entendimento. Sugere que seja votada a resolução, e que as questões de formatação sejam resolvidas posteriormente à reunião.

O Conselheiro Suplente representante dos Portadores de Patologias: Sugere alteração em relação ao item pactuação do Estado com a Rede Oncológica.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Este item, câncer de próstata, entra nos indicadores de metas que não estão no SISPACTO. No Plano Municipal de Saúde 2014-2017 existem metas sobre este tema.

A Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: Sugere alteração no texto sobre as metas do SISPACTO.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: O CMS pode sugerir para a Gestão a inclusão de metas no Plano Municipal de Saúde.

A Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: Questiona e a discussão não deveria ser encaminhada para o SISPACTO na íntegra.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Informa que no Plano Municipal os indicadores já estão. No SISPACTO devem ser encaminhadas ao Ministério da Saúde, pedindo a inclusão nos próximos.

A Coordenadora do CEInfo, Margarida Maria Tenório de Lira: Sugere que sejam incluídos todos os tipos de câncer, não apenas os de próstata.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: As recomendações que foram feitas levam à aprovação, porém algumas coisas devem ser levadas em conta. O SISPACTO é Federal, e as metas que estão sendo discutidas são da realidade paulistana. Indicadores e metas requerem mensuração sistemática e acompanhamento.

O Secretário Geral do Conselho: Coloca em regime de votação nominal a aprovação do SISPACTO 2015, com as recomendações solicitadas pelo CMSSP.

Aprovam – 21 votos

Contrários – 0

Abstenções – 0

Aprovado o SISPACTO 2015. A minuta de resolução passa a ser nomeada Resolução nº 08/2015 e constando do seguinte texto:

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE SÃO PAULO – CMS/SP

RESOLUÇÃO nº 08/2015, de 10 de setembro de 2015– CMS-SP

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo - CMSSP, em sua 199ª Reunião Ordinária do Pleno, realizada em 10/09/2015, no uso de suas competências regimentais previstas no art. 2º do Regimento Interno do CMSSP, e atribuições conferidas pela Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, art.

1º, § 2º c.c com a Lei nº 12.546 de 07 de janeiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 53.990 de 13 de junho de 2013:

No devido cumprimento à Constituição Federal/1988, no Título VIII, capítulo II, Seção II, da Saúde, em conformidade com a Lei 8080/1990 e Decreto Presidencial nº 7508 de 28 de Junho de 2011;

CONSIDERANDO a Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012 que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo;

CONSIDERANDO a reunião conjunta entre as Comissões de Políticas de Saúde e de Orçamento e Finanças com a participação da Secretaria Municipal da Saúde, que analisou os Indicadores e Metas do SISPACTO;

RESOLVE:

Aprovar as metas do SISPACTO 2015, com as seguintes recomendações:

1. Que seja considerada a redução do tempo para o atendimento e a distribuição das Unidades do SAMU na Cidade, além da cobertura por densidade populacional;
2. Que as metas do Programa de Saúde do Idoso constantes do Plano Municipal de Saúde de São Paulo 2014/2017 sejam incorporadas às metas do SISPACTO;
3. Que a SMS apresente Plano de Ação para redução da Mortalidade Infantil;
4. Que a SMS apresente quadro com o número de Comitês de Mortalidade que estão em funcionamento, e que seja divulgado, sistematicamente, aos conselhos gestores das STS os resultados e os planos de ação que devem ser compartilhados com os conselheiros;
5. Que seja incorporada ao indicador da Dengue, como meta, a redução do número de casos e não o aumento do número de mortes;
6. Que se aumentem as metas para a Saúde Bucal;
7. Que se aumentem as metas para a Média Complexidade;
8. Que se aumentem as unidades habilitadas a notificar casos da Mulher Vítima de Violência;
9. Que haja meta para a castração de animais;
10. Priorizar as metas que já foram atingidas, mantendo-as ou elevando-as;
11. Que para 2016 todas as metas sejam mais ousadas;
12. Elaborar uma resolução do CMS, através da Comissão de Políticas de Saúde e Orçamento e Finanças, para o Conselho Estadual de Saúde, solicitando informações sobre a aplicação dos 70% dos recursos de fonte federal utilizados para procedimentos de Média e Alta Complexidade nas unidades sob gestão estadual;
13. Veiculação através da Comissão de Comunicação do CMS, CESCO e articulação com outras mídias, sob a responsabilidade desses dois atores, dos benefícios do parto normal;
14. Pactuação com a Secretaria do Estado da Saúde de SP, da Rede de Atenção Oncológica, haja vista a prevalência de câncer de mama na população;

15. Rever os serviços oferecidos aos usuários dos CAPS, no atendimento as patologias, usuários de álcool e drogas, inserindo as práticas integrativas;
16. Trazer a discussão no CMS da Política de Saúde Suplementar para que a CEInfo possa complementar os dados da saúde da população;
17. Que o CMS discuta com maior propriedade a falta de penicilina no Brasil, convocando áreas de assistência farmacêutica para nos dar subsídio a convocar pesquisadores, laboratórios (FURP) para que possamos entender melhor por que o Brasil não realiza o processo integral de fabricação de penicilina para o atendimento à população;
18. Que haja maior integração entre todas as Áreas Técnicas da SMS juntamente com as Coordenadorias Regionais de Saúde e Supervisões Técnicas de Saúde;
19. Que haja a inclusão de indicadores de câncer de próstata no próximo SISFACTO.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Sugere que o intervalo para o café seja rápido, para que a pauta possa ser apreciada na íntegra.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Crê que um intervalo de 10 minutos não interfere no compromisso dos conselheiros frente à pauta da reunião.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: A resolução do RAG é um compromisso do conselho com a auditoria do DENASUS.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Ressalta que muitos conselheiros saíram cedo de suas residências, e que o acúmulo de reuniões e trabalho muitas vezes não permite uma alimentação adequada.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Consulta ao pleno sobre o formato que a reunião terá.

01 – Termina-se a Ordem do Dia e depois se faz a pausa para o café; ou

02 – Pausa imediata para o café

Proposta nº 01, 11 votos e proposta nº 02, 05 votos.

Aprovado que se termine primeiro a Ordem do Dia, e após isso, pausa para o café.

3 - Resolução sobre o RAG 2013

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Realiza a leitura da minuta de resolução sobre o RAG 2013. Ressalta que a Auditoria do DENASUS aceitou o formato desta resolução, porém, os documentos que serão solicitados à gestão pela equipe do DENASUS serão definidos por eles.

A Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: Pergunta se existe uma ata sobre essa conversa.

O Secretário Geral do Conselho: A conversa foi realizada mediante o processo de auditoria do DENASUS.

A Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: Salaria que este RAG foi apresentado, porém não houve tempo para discussão.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Ressalta que a Lei 141 obriga que o conselho se posicione em relação ao RAG, mas não que aprove. O CMS não pode ficar inerte diante da situação.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Ressalta que o RAG não foi aprovado, porque os conselheiros não se sentiam seguros quanto às informações que foram colocadas no documento. A auditoria do DENASUS deve ser separada do RAG, pois ela faz diversos apontamentos que não necessariamente estão ligadas ao RAG. Na análise dos indicadores do RAG havia a informação se as metas haviam sido atingidas ou não, porém muitas vezes, algumas apareciam como atingidas e apresentavam quantidade relativa a apenas 30% do estabelecido. Estas metas já estavam pactuadas pela gestão anterior. Coube a esta gestão apenas a identificação dos indicadores.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Coloca em regime de votação a minuta de resolução sobre o RAG 2013.

Aprovam – 15 votos

Contrários – 0

Abstenções – 3

Aprovada a minuta de resolução onde o CMSSP não emite parecer sobre o RAG 2013, passando a ser nomeada Resolução nº 09/2015, com o seguinte texto:

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE SÃO PAULO – CMS/SP
RESOLUÇÃO nº09/2015 – CMS-SP, de 10 de setembro de 2015

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo - CMSSP, em sua 199ª Reunião Ordinária do Pleno, realizada em 10/09/2015, no uso de suas competências regimentais previstas no art. 2º do Regimento Interno do CMSSP, e atribuições conferidas pela Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, art. 1º, § 2º c.c com a Lei nº 12.546 de 07 de janeiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 53.990, de 13 de junho de 2013:

No devido cumprimento à Constituição Federal/1988, no Título VIII, capítulo II, Seção II, da Saúde, em conformidade com a Lei 8080/1990 e Decreto Presidencial nº 7508 de 28 de Junho de 2011;

CONSIDERANDO a Lei Complementar 141 de 2012, especialmente em seu artigo 36 parágrafo 3º, que estabelece que o ente federado deverá apresentar e publicar a data da apreciação do Relatório Anual de Gestão pelo Conselho de Saúde;

CONSIDERANDO que o Relatório Anual de Gestão de 2013 – RAG 2013 foi apresentado no prazo estabelecido por lei, em versão preliminar;

CONSIDERANDO que numa primeira análise foram detectados problemas nos Restos a Pagar, corrigidos apenas em Julho de 2015;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde não apresentou até esta data a Programação Anual de Saúde de 2013, que estabelece as metas a serem atingidas no ano;

CONSIDERANDO que no Relatório Anual de Gestão 2013 – RAG 2013, várias metas não foram avaliadas pelo gestor por considerarem não pertinentes ao modelo de gestão adotado pela Secretaria Municipal da Saúde;

CONSIDERANDO que faltaram critérios objetivos e parametrização na avaliação dada a indicadores expostos no Relatório Anual de Gestão 2013 - RAG 2013;

CONSIDERANDO que várias ações de saúde executadas pela Secretaria Municipal da Saúde, como a implantação da Rede Hora Certa e outras, não foram incluídas no Plano Municipal de Saúde 2013;

RESOLVE

Não emitir parecer no momento sobre o Relatório Anual de Gestão 2013 - RAG 2013, em virtude de falta de condições para avaliar e valorar o cumprimento das metas referente ao período 2013.

F – Deliberações

1 – Aprovar o Projeto de Elaboração da Política de Saúde para os Imigrantes e Refugiados

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Lembra que na última reunião houve a apresentação do Projeto de Elaboração da Política de Saúde para os Imigrantes e Refugiados, elaborado pelo Grupo de Trabalho de Políticas de Saúde para os Imigrantes e Refugiados, mas que não havia quórum para aprová-lo. Naquela data haviam dezesseis conselheiros que assumiram o compromisso de conversar com seus pares e garantir no dia de hoje a aprovação do documento.

O Secretário Geral do Conselho: Coloca em regime de votação nominal a aprovação do Projeto de Elaboração da Política de Saúde para os Imigrantes e Refugiados.

Aprovam – 20 votos

Contrários – 0

Abstenções – 0

Aprovado o Projeto de Elaboração da Política de Saúde para os Imigrantes e Refugiados, que será encaminhado ao Secretário Municipal da Saúde, solicitando que seja incorporado à Peça Orçamentária de 2016.

2 – Aprovar a Realização de cinco Seminários para o ano de 2015:

- Seminário de Saúde Mental

- Seminário de Saúde do Idoso

- Seminário de Patologias e Doenças Raras

- Seminário de Saúde da População Negra

- Seminário de Educação Permanente

3 – Resolução – Aprovação do Relatório Final da 18ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo;

4 – Aprovar a realização de Ato Solene de divulgação do Relatório Final da 18ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Informa que faltou na pauta, o item para definir as representações do CMS no seminário sobre contratos de gestão no Tribunal de Contas do Município.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: O que foi entendido na executiva é que seria o conselheiro Deodato e a conselheira Jarquelene. Esta é a praxe. Em relação ao item dos seminários, crê que apenas o de educação permanente não tenha sido discutido em detalhes, pois não existe esta comissão. Um dos encaminhamentos para este seminário, é que até o fim de 2015, seja criada esta comissão.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Sugere que já sejam tirados os membros para a comissão de educação permanente.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Sugere que seja feito o debate e aprovação dos seminários primeiramente. A tirada e aprovação da comissão de educação permanente entram após os itens.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: A menos que exista o interesse de manusear alguma comissão, não existe relevância nesta discussão.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Solicita questão de ordem, e acha que devem seguir a pauta como está.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Existem conselheiros que estão sendo demagogos.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Novamente um conselheiro desacata outro conselheiro. Isso é atitude de moleque. É vice-coordenador da comissão de orçamento, e não apareceu na reunião do eixo 4 da conferência. Alguma atitude deve ser tomada.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Solicita aos coordenadores das comissões que realizarão os seminários, informem a datas de realização.

O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Interpreta que serão cinco seminários. Há a necessidade disto tudo? No fim alguns ficam sobrecarregados.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Houve uma discussão extensa sobre isso na reunião de coordenadores.

O Conselheiro Suplente representante dos Portadores de Patologias: Sempre vê discussões sobre o dinheiro que o conselho possui e que não é usado. Acha que devem utilizar com um objetivo coerente, e este é um bom momento, com um bom motivo. Se for aprovado, fará em conjunto com a Gestão que deu esta abertura. A finalidade dos seminários é fazer a população saber o que está acontecendo sobre o tema.

A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Sobre o seminário da População Negra, a comissão fará reunião no dia 14 para definir a data. A proposta é que seja para o dia 23/11.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Sobre o Seminário da Saúde da População Idosa, a companheira Cristina não pode estar na reunião hoje. Acredita que querer é poder, e o CMS deve acreditar na realização dos seminários e em alcançar os objetivos projetados para eles. Lembra que foi criticada pelo CMS de São Paulo ser o único conselho que não possui a comissão de educação permanente.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Devemos aproveitar este momento para mandar proposta ao Pleno, de resolução, que constitua a comissão de educação permanente. Sugeriu inclusive, que a Adenilda deveria ser a

coordenadora da comissão. Devemos tomar cuidado com nossas falas para não ofender ou magoar outras pessoas.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Os temas dos seminários devem ser amplamente discutidos dentro das comissões, e os coordenadores devem assumir que irão realizá-los. Deve ser um seminário para fácil acesso à população. Pode-se pensar em configurar uma comissão para o seminário da comissão de educação permanente, e depois uma para efetivamente discutir o tema.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Informa que tem grandes problemas de horário, e não consegue acompanhar todos os assuntos que gostaria no CMS. Gostaria de questionar o que um seminário difere de um congresso de comissões? Porque neste momento querem realizar tudo? Todos trabalham, e é difícil acompanhar todos os assuntos. Deve-se realizar um seminário ao mês, e não todos em dois meses. Haverá um custo, quanto é este custo? Este momento é difícil falar sobre gastos. Estamos em um período entre conferências.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: É necessário mais comunicação, pois parece que algumas pessoas são donas do conselho. É importante esta comissão de educação, pois a gestão trabalha com o dinheiro livremente, e o conselho apenas avalia o que já foi realizado. Parece que existem acordos, e isto ruim. O respeito entre os conselheiros deve ser mútuo. Ressalta que não é italiano, é descendente de outras regiões brasileiras. Existe a importância dos seminários, e as comissões devem cuidar. Se não tiverem condições devem levar para o CMS. Devem refletir sobre quem estão representando aqui.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: A discussão está sendo adiada, sendo que isto não é necessário. É necessário resolver este assunto e removê-lo da pauta. Crê que devem votar os seminários, e em seguida a comissão. Ressalta que a próxima agressão que presenciar à mulher, e/ou a pessoa com mais de 60 anos, irá realizar um Boletim de Ocorrência. Não é ameaça, é um aviso.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Este assunto dos seminários não é de hoje. Este assunto já foi conversado com os coordenadores há dois meses. O que faltava era programar as datas e efetivar a realização dos seminários. Propõe que na aprovação dos seminários, já seja incluída a aprovação da constituição da comissão de educação permanente, e após os segmentos indicam os membros.

O Secretário Geral do Conselho: Coloca em regime de votação a aprovação da realização dos cinco seminários e a constituição da comissão de educação permanente (Os segmentos encaminharão posteriormente os nomes).

Aprovada por aclamação.

3 – Resolução – Aprovação do Relatório Final da 18ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Informa que o documento foi enviado por email.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Informa que desconhece o que está no conteúdo do relatório e solicita pedido de vistas.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Informa que o Dr. Ricardo vai realizar uma apresentação antes da aprovação. Ressalta que este relatório é o resultado da conferência e nada poderá ser alterado. Pedido de vistas tem como consequência a necessidade de um relatório justificando porque necessita do pedido de vistas.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: A população de modo geral está pedindo a divulgação deste documento. O Conselho Estadual já divulgou. Os delegados para a nacional estão pedindo este documento. Estamos em dívida. No documento estão nada mais que as propostas aprovadas.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Apenas como informação, estão as propostas aprovadas na conferência. Falta a apresentação do presidente do conselho realizada em Julho, e a formatação do texto das moções.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Em relação às propostas, estão todas ou apenas as priorizadas?

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Apenas as priorizadas.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Existia a informação de que o relatório deveria ter todas, não apenas as priorizadas. Solicita também vistas ao relatório.

O ex-conselheiro, José Guilherme de Andrade: Solicita questão de ordem. Ressalta que o pedido de vistas é válido, porém ao retornar, o documento terá que apresentar um novo relatório sobre o documento avaliado. Isso não é válido para este caso, porque as propostas só poderiam ser modificadas pelo plenário da conferência. O CMS acata as propostas de lá e encaminha.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Sugere que aprovem o relatório, porém o conselheiro Ricardo, se compromete a enviar o mais rápido possível o relatório geral para o CMS. Se o pedido de vistas se mantiver, a justificativa para a população será que o CMS está impedido momentaneamente por conta da solicitação de vistas.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Acha que é arriscado aprovar um documento sem saber exatamente o que está escrito, se está tudo certo. Este relatório deve ser visualizado antes de aprovarmos.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Por conta da priorização, foram trabalhados dois relatórios. Um com as priorizações e outro com todas as propostas locais. No regimento que foi aprovado constava isso. Ninguém é obrigado a acreditar em ninguém.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Sugere a realização de um pleno extraordinário, pois havia sido feita uma proposta de a cada três meses realizarem uma reunião com as OS. Pelos seus cálculos, deveria ter acontecido em Agosto. É necessário realizar um convite para isto.

A Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: A aprovação do relatório hoje, e se houverem coisas identificadas como erradas, é possível inserir erratas no documento.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Preocupa-se em continuar atrasando a divulgação deste relatório. Sugere que seja publicado no site do conselho, com uma observação informando que ainda não foi aprovado.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Ressalta que os grupos necessitam com urgência das propostas priorizadas. Sugere que sejam divulgadas apenas as propostas, sem dar o nome de relatório. Haveriam mais informações no relatório final.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: O regimento que foi aprovado diz que o relatório final conterà apenas as propostas prioritizadas. O relatório geral terá todas as propostas. Este regimento foi aprovado pelo CMS.

O ex-conselheiro, José Guilherme de Andrade: A necessidade da Comissão Executiva em oficializar a cada um dos órgãos citados nas propostas.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Será acatada a solicitação do conselheiro Alex e o relatório final será publicizado no site do Conselho. A secretaria geral do CMSSP fará os ofícios.

O item nº 4 das deliberações não foi discutido.

Reunião encerrada às 19h.